



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA VALÉRIA CASTRO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE REDENÇÃO-CEARÁ**

REDENÇÃO - CEARÁ

2022

ANA VALÉRIA CASTRO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE REDENÇÃO-CEARÁ**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier

REDENÇÃO - CEARÁ

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Oliveira, Ana Valéria Castro de.

O48p

Políticas de inclusão educacional de crianças com deficiência em uma escola municipal de Redenção-Ceará / Ana Valéria Castro de Oliveira. - Redenção, 2022.

40f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

1. Inclusão. 2. Formação. 3. Ensino. 4. Administração Pública. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 379.8161

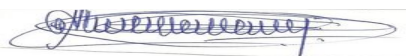
ANA VALÉRIA CASTRO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE REDENÇÃO-CEARÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Câmpus Ceará.

Aprovada em: 28 /07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente

gov.br

LUIS MIGUEL DIAS CAETANO

Data: 05/08/2022 18:10:31-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN

Data: 08/08/2022 10:21:06-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dr^a. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Ao meu Deus, eu serei sempre grata infinitamente pelas bênçãos que ele me proporciona dia após dia. Por me dar a força necessária para seguir em frente, e alcançar meus objetivos.

A minha família que sempre me apoiou, especialmente meu pai Caitano Xavier e minha mãe Cileide Castro, minha maior fonte de incentivo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus que sempre me abençoou a cada dia, ao meu pai que proporcionou o melhor para mim e aos meus irmãos, em especial a minha mãe que infelizmente não está mais aqui para testemunhar a realização do nosso sonho. Aos meus irmãos por me apoiarem desde o início.

Ao meu marido Rômulo Warnyer por me incentivar e cuidar com tanto amor da família que construímos, ao meu filho Pedro Gael que me deu força para chegar até aqui.

As minhas amigas Sthefany Passos e Mariana Castro por compartilharem momentos incríveis juntas e nunca me deixarem desistir, eu sou eternamente grata a vocês.

A Unilab por me dar a oportunidade de formação, a cada um dos professores dessa universidade por compartilhar conhecimento; vocês foram essenciais durante todos esses anos, não meço palavras para agradecê-los.

Ao meu orientador Prof. O Dr. Antônio Roberto Xavier, por ser tão paciente e estar sempre disposto a me orientar em cada passo na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A todo corpo escolar da escola municipal Maria Augusta Russo Dos Santos, Redenção/CE, que me recebeu tão bem e por cada informação compartilhada, estas resultaram nesta pesquisa.

Por fim, quero agradecer a todos aqueles que dividiram comigo essa trajetória. Meu muito obrigada!

“O sujeito mais confiante tenta mais, erra mais, aprende mais.” (PIAGET).

RESUMO

O presente trabalho busca, analisar sobre a acessibilidade e inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular no município de Redenção-Ceará. Se faz entender que os profissionais precisam compreender as necessidades do sujeito, seja ela educativa (em salas de aulas regulares) e sociais, de forma alcançar objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento do aluno não apenas no meio escolar, mas também em sua sociedade em geral. Dessa forma, tem-se o Atendimento Educacional Especializado, que parte de uma situação desafiadora no ambiente de aprendizagem, tendo como principal função identificar as barreiras que estejam dificultando a participação dos alunos no que tange ao convívio dentro do ambiente da escola, elaborando e organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando as necessidades individuais de cada estudante. A justificativa do estudo se dá pela relevância de entender sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola, e da necessidade de ampliação e divulgação do serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo em vista que no município de Redenção-CE a escola municipal Maria Augusta é a única da região a dispor do projeto. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, fundamentada na reflexão de leitura de livros, artigos, revistas e sites, e a coleta de algumas informações acerca da atuação docente, funcionários, pais, mães e/ou responsáveis em forma de um questionário eletrônico, por meio do “Google Formulários”. Concluindo então que, as discussões e análises deste estudo anunciam uma articulação dialógica e ações transdisciplinares entre todos que trabalham com a educação inclusiva, com o AEE e com o ensino regular, tendo em vista a construção de práticas pedagógicas que assegurem o direito à diversidade, o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos os sujeitos.

Palavras-chave: Inclusão. Formação. Ensino. Administração Pública.

ABSTRACT

The present work, analyzes the accessibility and inclusion of children with disabilities in a regular school in the municipality of Redenção-Ceará. It is understood that regular needs should be understood only as educational (in classrooms) and social needs, in order to achieve the student's learning and development goals not in the school environment, but also in society in general. In this way, there is the Specialized Educational Service, which starts from a challenging situation in the school environment, whose main function is to identify children who have no difficulty in hindering learning, having a participation within the proposal of the school environment, having in view of the design and organization of the school. Pedagogical resources and accessibility needs, considering the individual resources of each student. The justification of the study se-CE for the special education carried out with the municipality about the school, and the need for education for the dissemination of the service of attendance of educational needs that in the municipality of Redenção de Atendimento Maria Augusta municipal school is the only one in the region to fun of the project. A bibliographic research was used, based on the reflection of reading, articles, magazines and websites, and a collection of dissemination of teaching activities, fathers, mothers and guardians in the form of an electronic newsletter, through "Google Forms". The teaching of inclusive education, with the teaching of AEE and with regular educational diversity, with a view to building practices of the right to inclusive education, access to knowledge and the inclusion of all subjects.

Keywords: Inclusion. Training. Teaching. Public Administration.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados na EMEF Maria Augusta Russo dos Santos	25
Quadro 2 - Perspectivas da inclusão na escola pública	26
Quadro 3 - Dificuldades e motivações encontradas	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
DA	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM
EMEF	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
SEDUC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) COMO POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA.....	16
3 O MOVIMENTO DA INCLUSÃO: O PAPEL DA ESCOLA NAS AÇÕES DE DIÁLOGO E ACOMPANHAMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	20
4 COLETA/GERAÇÃO DE DADOS, INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS.....	24
4.1 Descrição do cenário da pesquisa	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXOS A - QUESTIONÁRIO.....	38

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende discorrer a respeito das políticas de inclusão na escolarização de crianças com deficiência em uma escola do município de Redenção-CE, questão essa que tem se tornado um desafio tanto para os espaços escolares quanto para os familiares desses alunos, fazendo com que os profissionais da educação busquem novas metodologias e estratégias para ensinar diante da diversidade. Frente a este cenário, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se apresenta como uma possibilidade de inovação nos processos de aprendizagem dos sujeitos integrados na escola regular.

A inclusão dessas crianças pode ser entendida como algo que vai além da inserção destes no ambiente escolar. Nesse contexto, podemos nos remeter sobre a formação e preparação do professor em uma sala de aula com crianças que apresentem algum tipo de síndrome, distúrbio ou transtorno. Ele deve entender e compreender o que é inclusão. Para favorecer a inclusão, a formação é uma questão que possibilita aos profissionais como levar adiante o processo de aprendizagem como um todo.

Denota-se que a educação inclusiva visa a aceitação das pessoas diferentes, aquelas pessoas com capacidades e outras diferenças que demandam um atendimento específico. Sendo assim, tem-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma das modalidades com práticas pedagógicas específicas destinadas aos sujeitos com alguma deficiência, além de compor a educação inclusiva.

O AEE é amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e regulamentado pela Resolução CNE/CEB, Nº 4, de 02 de outubro de 2009. A iniciativa é um serviço de apoio à educação regular, esse que não se confunde com aulas de reforço escolar, sendo voltado para as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação.

O projeto parte de uma situação desafiadora no ambiente de aprendizagem, tendo como principal função identificar as barreiras que estejam dificultando a participação dos alunos no que tange ao convívio dentro do ambiente da escola. Dessa forma, o professor da sala de aula regular juntamente com os professores e profissionais do AEE devem elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando as necessidades individuais de cada estudante, eliminando tais empecilhos no aprendizado e promovendo a plena participação desses alunos.

Reforçando ainda a conceituação de inclusão, a reestruturação do ensino de nível básico ocorre a partir do reconhecimento de que as dificuldades de alguns alunos não partem apenas deles mesmos, mas são resultados do modo de como o ensino é ministrado e de como

a aprendizagem é estruturada (MONTAAN, 2003). Quando se fala em dificuldade de aprendizagem, muitos são aqueles que responsabilizam o fracasso na aprendizagem, quando por outro lado, ao identificar o fracasso escolar, os profissionais da educação devem intervir, auxiliando através das indicações adequadas (FERNANDEZ, 1991, p. 44).

Portanto, nesse contexto de lutas e políticas em função da diversidade humana, fica evidente que o AEE é um dos caminhos que promovem novas práticas, maior preparo para lidar com diferentes situações, práticas mais inclusivas em sala de aula, atendendo melhor às demandas dos alunos público-alvo do AEE, e garantir dessa forma a propagação de um ensino mais inclusivo.

Sob esse viés, o presente trabalho visa abordar as políticas públicas educacionais inclusivas de crianças com deficiência a partir das práticas e abordagens observadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, localizada em Redenção - Ceará, a 55 km de distância de Fortaleza. O centro de ensino é apto para a prestação do serviço de educação básica, contando com atendimento especializado para crianças do sexto ao nono ano do ensino fundamental no período da manhã e da tarde.

A escola Maria Augusta, é contemplada com o serviço de AEE e dispõe, dentro da própria instituição, além da coordenação do ensino regular, uma coordenação específica voltada apenas para o atendimento dessas crianças. Os estudantes que frequentam o atendimento educacional especializado na EMEF, em sua grande maioria, estão matriculados em outras instituições de ensino, considerando que na localidade de Redenção - CE a escola é a única equipada com o projeto. Em suma, esses alunos vêm de outras escolas, e acompanham as atividades do AEE uma ou duas vezes por semana, divididos em 4 turmas nos turnos da manhã e da tarde, juntamente com os professores, psicopedagogos e outros funcionários capacitados no serviço.

É de conhecimento geral que dificilmente se encontram escolas que cumpram a tarefa da inclusão de crianças que necessitam de uma educação especial, sendo este um problema social crônico no Brasil, ocasionando graves consequências para o desenvolvimento socioeconômico da população. Segundo dados da recente Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), elaborada pelo IBGE, publicada em agosto de em 2021, revelou-se que 70% das pessoas com deficiência no Brasil não possuem nenhum grau de instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto. Nessa perspectiva, se desperta o ânimo de analisar as intervenções positivas realizadas pela EMEF na sua participação na melhoria de vida de diversas famílias e identificar possíveis dificuldades/desafios.

A presente proposta justifica-se, primeiramente, pela importância existente na construção de uma base educacional que respeite as diferenças entre os indivíduos, incluindo-os no meio social de forma eficaz e natural, colaborando assim para uma sociedade sem preconceitos onde todos tenham seus direitos exercidos. Nessa perspectiva, nota-se tal integração como uma questão necessária inerente ao ser humano, a partir de Freire (1996, p. 36) pode-se denotar que “a prática preconceituosa de classe, de raça, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Segundamente, destaca-se a necessidade de ampliação e divulgação do serviço de AEE, tendo em vista que no município de Redenção-CE a escola municipal Maria Augusta é a única da região a dispor do projeto. Evidencia-se a diferença existente entre os centros educacionais e outras dificuldades que perpassam as salas de aula, como o transporte dessas crianças para que frequentem o atendimento educacional especializado, este se torna penoso e cansativo tendo em vista que a maioria desses alunos moram em outras localidades. Dessa forma, é imprescindível a luta pelo ensino igualitário, buscando sempre alternativas que reprimam a exclusão escolar.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral compreender as políticas educacionais inclusivas para crianças com necessidades especiais, o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e os desafios e perspectivas do processo de ensino-aprendizagem desenvolvidas pela comunidade escolar da cidade de Redenção, estado do Ceará, Brasil.

A partir disso, expõe-se a fundamentação do AEE empregado na escola Maria Augusta. Bem como as dificuldades observadas no processo de aprendizagem das crianças com deficiência que frequentam o centro de ensino, além das perspectivas de professores, funcionários, pais, mães e/ou responsáveis.

A presente pesquisa pode ser descrita como uma pesquisa de levantamento e observação direta, onde as características de interesse dos participantes são levantadas sem manipulação, consistindo no levantamento de dados no próprio local em que ocorrem. A abordagem metodológica escolhida foi a quali-quantitativa, com o objetivo de coletar dados a respeito das políticas públicas inclusivas para as crianças com deficiência desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, localizada em Redenção - Ceará, e identificar possíveis problemas ou dificuldades em torno dos participantes envolvidos em relação à temática, sendo estes professores, funcionários, pais, mães e/ou responsáveis que acompanhem de perto o aprendizado e o desenvolvimento desses alunos.

A técnica utilizada para a obtenção de dados foi o questionário/formulário de resposta única e semiaberto. Foram entrevistadas 10 pessoas, sendo estes professores, psicólogos, funcionários, pais, mães e responsáveis envolvidos com a instituição de ensino, na qual o método de seleção da amostra foi por disponibilidade. Ressalta-se que por questões éticas de pesquisa, as identidades dos sujeitos participantes serão mantidas em sigilo, onde irão ser reportados por nomes fictícios. As perguntas serão elaboradas de maneira a envolver os objetivos gerais e específicos do presente trabalho. Analisando dados como escolaridade, sexo, vínculo com a instituição de ensino, além de questões envolvendo o desenvolvimento das crianças dentro da unidade escolar e possíveis desafios enfrentados pelas mesmas.

O presente trabalho está dividido nos seguintes elementos textuais: introdução, contemplando o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos (geral e específicos) e a fundamentação metodológica.

Em sequência a introdução, tem-se o segundo capítulo, com a temática: O Atendimento Educacional Especializado (AEE) como política de promoção da Escola Inclusiva. Este traz uma breve explicação a respeito do histórico de implementação do AEE no Brasil, sua funcionalidade, destacando suas técnicas e meios de aprendizagem e os sujeitos atendidos pelo serviço.

No capítulo 3, se encontra o tema: O movimento da inclusão: O papel da escola nas ações de diálogo e acompanhamento no processo de aprendizagem. Neste, compreende-se as políticas educacionais inclusivas para crianças com deficiência que envolvem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e os desafios e perspectivas do processo de ensino-aprendizagem desenvolvidas pela comunidade escolar da cidade de Redenção-CE.

No quarto capítulo, descreve-se a respeito da coleta/obtenção de dados, acompanhada da análise e compreensão dos resultados alcançados a partir da pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, assim como a perspectiva dos professores, funcionários, pais, mães e/ou responsáveis entrevistados a partir das suas relações com o contexto teórico abordado no presente estudo.

Por fim, no capítulo 5 foram pontuadas as considerações finais observadas em toda a elaboração da presente pesquisa, juntamente com o estudo das fontes bibliográficas, dos dados e informações obtidas no questionário aplicado em campo. Busca-se provocar uma reflexão e, por intermédio dela, abrir caminho para possibilidades, sendo assim, evidencia-se a delimitação da compreensão a respeito do assunto pesquisado.

2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) COMO POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA

Promulgada pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, declara-se a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, sendo uma incumbência do Estado, da família e de todo o corpo social o seu incentivo e desenvolvimento. Dessa forma, tem-se uma sociedade onde todos os seus membros são detentores de direitos e para o equilíbrio da ordem, possuem também deveres para com uns com os outros, colaborando para a construção de uma cidadania que proporciona um país mais justo.

A escola é um lugar onde os sujeitos têm a oportunidade de aprender e crescer juntos em todas as suas nuances, onde seu papel fundamental na inclusão social das pessoas com deficiência é acolher e inserir cada uma destes no ensino regular, onde ainda pode-se perceber a falta de conhecimento e capacitação para o atendimento desse público. O direito de acesso das crianças com deficiência nas escolas regulares é respaldado por leis internacionais e nacionais, bem como projetos e tratados do governo brasileiro.

A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos. (BRASIL, 2006, p.15).

Vale ressaltar que nos dias atuais, a aprendizagem e a inclusão de alunos com deficiência tem se tornado um desafio para os centros de ensino regulares, fazendo com que os profissionais busquem diferentes métodos para a educação das crianças com deficiência. Diante desse cenário, a formação continuada dos professores tem se configurado na possibilidade de inovações nos processos de escolarização dos sujeitos que buscam acesso na escola regular. Nesse contexto, podemos nos remeter sobre a formação e preparação do professor em uma sala de aula com crianças que apresentem algum tipo de síndrome, distúrbio ou transtorno. Ele deve entender e compreender o que é inclusão.

Em seu argumento, Nóvoa (1995) complementa que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (...). O trabalho centrado na pessoa do professor e na sua experiência é particularmente relevante nos períodos de crise e de mudança [...].

No âmbito escolar, a intervenção psicopedagógica vai transformando o processo de ensino ao se mobilizar por questões que perpassam sintomas da criança, mas sim pela modalidade de aprendizagem (FERNANDEZ, 1991). O psicopedagogo deve ajudar o professor focando em seu planejamento das aulas, incluindo ferramentas estratégicas que ajudem no aprendizado, à família nesta interação, é de fundamental importância, pois apresenta alternativas que levam a criança a aprender, formando o tripé ESCOLA - ALUNO - FAMÍLIA, em uma abordagem multidisciplinar efetiva.

A escola acaba se tornando uma das protagonistas e responsáveis por encaminhar a família a respeito de sua criança, que até então está apresentando dificuldades em seu processo de aprendizagem. O diálogo aberto com a família possibilita a essa criança um diagnóstico mais rápido e as intervenções o mais cedo possível ajudarão a sanar ou diminuir a dificuldade apresentada.

Diante dessa perspectiva, pressupomos então que, para garantir a permanência e sucesso dos educandos na escola, o Atendimento Educacional Especializado se configura como um abrir de portas para novas formas de agir e pensar sobre a educação dos alunos público-alvo da educação inclusiva. Este aspecto é reforçado com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 que “institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”, definindo o AEE, como:

Art. 2º - O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Dessa forma, o AEE tem um potencial transformador no trabalho de inclusão nas escolas regulares, este se caracteriza como a possibilidade de um melhor atendimento para as crianças que necessitam do serviço, favorecendo a complementação deste processo como suporte pedagógico através da sala de recurso multifuncional, elaborando e mostrando alternativas com a finalidade de auxiliar o professor da sala de aula regular e o próprio aluno, valorizando os enfrentamentos do trajeto de inclusão no ambiente educacional.

Nota-se que o público alvo contemplado pelo AEE é bastante amplo, contudo, a partir das diretrizes estabelecidas no Artigo 4º do CNE/CEB nº 4/2009, tem-se três grupos estabelecidos para segmentar a população que tem direito a esse tipo de ensino:

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O professor do AEE pode, em conjunto com o professor da sala regular, unirem-se em trabalhos através de projetos inclusivos que objetivem promover a aprendizagem dos alunos. Considerando que “o papel do professor nesse novo contexto é importante, pois ele elabora, planeja e conhece o conteúdo a ser trabalhado” (BORDINHÃO, SILVA, 2015, p. 2).

Em consonância com o exposto, novamente cita-se a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, em seu Artigo 13, que trata a respeito das funções a serem desempenhadas pelo professor do AEE:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

A Sala de Recursos Multifuncionais, que conta com mobiliário adaptado, materiais didáticos e de acessibilidade e tecnologias assistivas, é um dos espaços físicos onde acontece

o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para aqueles que necessitam de um atendimento voltado para sua especificidade. Nela, devem-se dispor de recursos, materiais, serviços, dentre outros, necessários para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4/2009)

A principal função da sala de recursos multifuncionais é também eliminar qualquer barreira que possa impedir a participação e a interação dos alunos com necessidades educacionais especiais, desenvolvendo neles sua autonomia e independência no ambiente escolar e social, além de contribuir no processo pedagógico da escola, auxiliando o professor da sala de aula comum no que se refere a aplicação das avaliações e atividades aos alunos que necessitam da educação inclusiva.

Os profissionais que trabalham com o AEE têm todo potencial e conhecimento para desenvolverem atividades colaborativas, através das trocas de experiências, compartilhamento de ideias, melhorando, assim, o fazer pedagógico dentro da escola e criando, nos professores da sala comum, mais consciência e segurança no tratamento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, tem-se uma parceria com o professor da sala regular e com os professores e profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado, definido como, de acordo com Cook e Friend, “Ensino colaborativo, desde que todos os profissionais envolvidos se responsabilizem e compartilhem do planejamento, da execução e da avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem necessidades educacionais especiais” (VILARONGA, 2014, p. 20).

Entende-se que o trabalho colaborativo docente procura melhorar a aprendizagem dos estudantes, identificando e ampliando as práticas pedagógicas, onde o foco precisa ser uma reflexão sobre uma cultura colaborativa como estratégia pedagógica que busque o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante público-alvo da educação inclusiva.

O serviço de Atendimento Educacional Especializado e a sala de recursos multifuncionais têm como objetivo principal flexibilizar o desenvolvimento da aprendizagem da criança, onde o panorama mais importante é eliminar as barreiras do processo de ensino

aprendizagem. Dessa forma, oferecem os recursos fundamentais para sanar as dificuldades do aluno e ao mesmo tempo buscam enriquecer suas habilidades.

3 O MOVIMENTO DA INCLUSÃO: O PAPEL DA ESCOLA NAS AÇÕES DE DIÁLOGO E ACOMPANHAMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Os alunos considerados especiais são aqueles que apresentam necessidades específicas de aprendizagens curriculares, bem como, atividades diferenciadas dos demais alunos com recursos pedagógicos e metodologias específicas no que se relaciona ao seu processo de aprendizagem. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2009) assegura a oferta de Atendimento Educacional Especializado, como supracitado, aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais decorrentes de:

- I. Deficiências mental, física/neuromotora, visual e auditiva;
- II. Transtornos globais do desenvolvimento;
- III. Superdotação/altas habilidades.

Na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2009), sabemos que as classificações e as terminologias são criadas para facilitar o trabalho educacional, dinamizando os procedimentos pedagógicos e didáticos, para que possam envolver todos esses indivíduos que preconizam essa política.

O direito à acessibilidade das crianças com deficiência na escola regular é respaldado pelas legislações internacionais e nacionais, além de programas e tratados do governo brasileiro. Um processo de organização que teve longas batalhas e conflitos reivindicados por familiares e profissionais e pelas próprias pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1998), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade; Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1998, p. 89).

A escola em todas as suas nuances tem um papel fundamental na inclusão social das crianças com deficiência. A educação inclusiva já é realidade no ensino regular e isso se deve aos esforços dos educadores por sempre estarem em busca de mais conhecimentos. Nos dias

atuais, a escola vivencia grandes transformações relacionadas a educação inclusiva e a educação como um todo, e sempre com um único objetivo, de facilitar cada vez mais o processo de aprendizagem de todos os alunos.

A formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar do que propõem os teóricos da formação geral de professores. Enfatizam uma formação envolvendo múltiplos saberes - formação pessoal e profissional produzidos pelas ciências humanas da educação; saberes disciplinares - formação inicial e continuada nas diferentes áreas do conhecimento; saberes curriculares relacionados ao projeto de ensino - aos conteúdos, métodos, técnicas de ensino para a formação dos alunos; a proposta no âmbito da escola - os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura. (FREIRE, 1998, p. 73).

A escola tem como objetivo ser a mediadora do desenvolvimento e da aprendizagem do aluno, atuando no processo da autonomia e na capacidade de desenvolver suas potencialidades, utilizando recursos materiais pedagógicos oferecidos pelo professor e fazendo mediação social através do ambiente de aprendizagem (VYGOTSKY 1998), explorando o espaço oferecido para trabalhar as diferenças mostrando sempre que todos podem aprender de maneiras diferentes.

Com a intervenção, as dificuldades são potencializadas e minimizadas de acordo com cada especificidade dos sujeitos, no entorno de se voltar para as várias áreas do conhecimento para a compreensão do ato de aprender, utilizando-se de métodos e técnicas próprias. O professor e os demais profissionais e os pais, precisam interagir em conjunto para que juntos possam traçar metas que venham favorecer a aprendizagem do aluno.

A capacidade intelectual dos alunos tal como avaliada pelos professores acaba sendo determinada pela tipificação que os professores fazem deles. Essa tipificação é determinada, em grande parte, pela classe social dos alunos. Desta forma, o professor precisa ter o cuidado de não determinar a capacidade de seus alunos pela situação em que estes vivem, para assim desenvolver um bom trabalho docente (SOARES, 2006, p.69).

Portanto, o objetivo de todos da escola é identificar a causa, ou causas, como se caracteriza o problema apresentado e juntos planejar uma intervenção que possa atuar no problema e para o problema. Nessa perspectiva, fazer um planejamento de ensino adequado que busque sanar esses problemas e condições favoráveis para o desenvolvimento das habilidades nas quais a criança apresenta baixo rendimento e assim incentivar o seu aprendizado.

Sendo assim, o educador precisa saber mediar seus conhecimentos para que assim ele possa acompanhar as atividades e o conteúdo escolar, de forma a resgatar os saberes de seus alunos, na perspectiva de que estes possam ver sua escola como sua segunda casa e um espaço adequado de aprendizagem saudável.

Nessa perspectiva, a partir dos dados e afirmações pautadas nos capítulos anteriores do presente estudo, podemos destacar um exemplo prático e bem perto da realidade dessa pesquisa, a atuação da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, localizada em Redenção - Ceará, contemplada pelo serviço de Atendimento Educacional Especializado. O equipamento dispõe de 10 salas de aulas, onde duas delas são para crianças com necessidades especiais. Ademais, também possui uma sala de recursos multifuncionais como materiais didáticos, mesas e espaços adaptados para os alunos com deficiência física, jogos, brinquedos sensoriais, computadores e livros para atendimento técnico, banheiros adequados para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida e rampas nos acessos a áreas como o pátio de recreação e principais pontos da escola.

A criança adquire conhecimentos prévios em seu âmbito familiar, e na escola esses conhecimentos tomam rumos maiores. É na escola que a criança adquire a interação e a socialização com os colegas e com os adultos. “A escola é sim um espaço privilegiado para o bom desenvolvimento da aprendizagem, pois através dela o aluno pode ter um convívio direto com novas perspectivas de conhecimentos e diferentes contatos com indivíduos ímpares” (SOARES, 2006, p. 71).

A partir do momento em que a criança começa a frequentar a escola, seus colegas e professores fazem parte de sua família, e é nesta fase da vida que se pode perceber melhor se ela tem algum tipo de dificuldade de aprendizagem. É neste período que ela começa a ter novos desafios, o que na maioria das vezes ela não tinha enquanto estava somente no convívio com a família.

A escola é uma grande sinalizadora de queixas comuns na primeira infância que não são perceptíveis na família. A rotina de uma escola abre portas para enxergarmos tantas coisas relacionadas às crianças, e é nessa rotina que se deve ter o cuidado quando é preciso analisar uma criança quando algo sinalizado não está bem.

O Governo Municipal de Redenção - CE persegue o objetivo de controlar e amenizar os índices de exclusão escolar. A EMEF Maria Augusta Russo dos Santos implementou políticas para a promoção de um ambiente escolar adaptado às necessidades dos alunos através do AEE. Essas crianças estudam na sala de aula regular e no contra-turno frequentam o atendimento educacional especializado ofertado pela escola Maria Augusta, estes são

encaminhados para a instituição a partir da percepção do professor da sala de aula regular, alinhado com os pais e responsáveis. Diante desse diálogo entre corpo docente e família, elaboram-se estratégias que visam um melhor aprendizado e desenvolvimento para o aluno que recebe todo o suporte necessário no AEE, aprimorando diversas habilidades tanto interpessoais e comportamentais como cognitivas.

Entre 2016 e 2021, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), vem desenvolvendo atividades que visam a incorporação de toda a comunidade escolar com o intuito de mitigar a problemática da exclusão escolar.

Dessa forma, observa-se a perspectiva de objetivos terapêuticos e pedagógicos entrando em concordância em prol da criança com necessidades educativas especiais, sendo um dos desafios da inclusão o acesso e, como resultado, a continuidade de alunos em escolas com professores preparados e especializados, pois:

Ao falar da inclusão, falamos de um conflito histórico e pertencente a certo funcionamento social, determinado pela exclusão social; o sistema em que vivemos é excludente em sua raiz. Dessa forma, falar em inclusão é perceber as práticas exclusivas constitutivas de nossa sociedade, uma sociedade de desiguais. (MACHADO; ALMEIDA; SARAIVA, 2009, p. 21).

Transtornos, síndromes e distúrbios tornaram-se assuntos polêmicos dentro das salas de aula, porque nem todos os docentes estão preparados para lidar com esse tipo de transtorno. Desde os períodos da história da humanidade até os tempos mais remotos, teorias e práticas sociais segregadoras são expostas ao mundo sobre as crianças com algum transtorno, inclusive negando-as o acesso ao saber e a busca por esse saber. Com o passar dos anos e séculos, e com os avanços da sociedade moderna e principalmente da medicina, houve uma desmistificação no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência e aquelas que apresentam qualquer tipo de distúrbio ou transtorno.

Nesse contexto, podemos nos remeter sobre a formação e preparação do professor em uma sala de aula com crianças que apresentem algum tipo de síndrome, distúrbio ou transtorno. Ele deve compreender o que é inclusão e partir disso, atuar de maneira mais positiva em sala de aula.

O processo de ensino e aprendizagem na escola deve ser construído, então, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança, num dado momento e com sua relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido, e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos pela escola, supostamente adequados à faixa etária e ao nível de conhecimentos e habilidades de cada grupo de crianças. O percurso a ser seguido nesse

processo estará demarcado pelas possibilidades das crianças, isto é, pelo seu nível de desenvolvimento potencial.

4 COLETA/GERAÇÃO DE DADOS, INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS

4.1 Descrição do cenário da pesquisa

A partir da perspectiva exposta na presente pesquisa, as diferenças naturais entre os indivíduos não podem ser justificativas para que os alunos com deficiência que frequentam a educação básica continuem sofrendo com a exclusão no ambiente de aprendizado. Sendo uma luta contínua, se torna um dever comum que se apliquem políticas públicas inclusivas eficazes para o pleno desenvolvimento da sociedade.

Analisou-se a participação da EMEF Maria Augusta Russo dos Santos, localizada em Redenção-CE, a partir do serviço de atendimento educacional especializado, no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na educação básica. Enquanto procedimento, este trabalho foi elaborado por meio de uma pesquisa de levantamento e observação direta, onde as características de interesse dos participantes são levantadas sem manipulação, consistindo no levantamento de dados no próprio local em que ocorrem.

É importante pontuar que tais respostas não têm como objetivo encerrar o assunto. De modo algum temos essa pretensão. Busca-se provocar uma reflexão e, por intermédio dela, abrir caminho para possibilidades. Almeja-se que o profissional atue de modo a oportunizar a inclusão escolar da criança com deficiência por meio de uma adaptação ao contexto educacional junto a intervenções que visam a dimensão da aprendizagem, pondo de lado a preocupação com a singularidade.

Para a realização da pesquisa, foi feita a distribuição de um questionário, realizando a coleta de dados junto aos colaboradores do centro educacional, assim como pais e responsáveis. O segundo passo foi a coleta de resultados do questionário aplicado com os participantes, sendo estes 10 pessoas distintas ao todo, onde têm-se 2 professores, 3 funcionários e 5 pais, mães e/ou responsáveis, onde o método de seleção da amostra foi por disponibilidade. As questões propostas envolvem a opinião dos entrevistados a respeito das suas vivências envolvendo a escola e a educação inclusiva, identificando possíveis problemas ou dificuldades em torno da temática de aprendizado e desenvolvimento desses alunos. Nesta pesquisa a abordagem escolhida foi a quali-quantitativa, ressaltamos que por questões éticas de pesquisa, as identidades dos sujeitos participantes serão mantidas em sigilo, onde irão ser reportados por nomes fictícios.

Os resultados coletados através da aplicação de questionários apontam diferentes perspectivas a respeito da inclusão e do serviço do AEE implementado na escola em análise. Em sequência, serão apresentados os resultados da análise do perfil dos sujeitos entrevistados, as dificuldades, as motivações e os aspectos positivos encontrados.

Iniciou-se a análise do perfil do público entrevistado, através de três perguntas, tendo como objetivo traçar um retrato destes, com a finalidade de apontar os principais resultados. Através da (Quadro 1), serão analisados os resultados sobre o perfil daqueles que fazem parte da comunidade escolar Maria Augusta:

Quadro 1: Perfil dos entrevistados na EMEF Maria Augusta Russo dos Santos

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Faixa Etária	20 a 25 anos (2) 25 a 30 anos (2) 35 a 40 anos (6)
Escolaridade	Ensino Fundamental (Completo) (2) Ensino Médio (Incompleto) (3) Ensino Médio (Completo) (2) Ensino Superior Graduação (Incompleto) (1) Ensino Superior Graduação (Completo) (1) Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado (1)
Sexo	Feminino (9) Masculino (1)
Você, como membro do corpo escolar, sendo docente e/ou funcionário, da EMEF Maria Augusta Russo dos Santos, possui qual grau de convivência e interação com crianças deficientes?	Alto (6) Intermediário (2) Baixo (1) Nulo (1)

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Como pode-se inferir no (Quadro 01) que diz respeito ao perfil do público entrevistado que costuma frequentar a Escola Maria Augusta, a maioria destes tem a idade média entre 35 a 40 anos, em sua grande maioria mulheres, somente um dos entrevistados se declarou como sexo masculino. O grau de escolaridade ‘Ensino Médio (incompleto)’ é predominante nas respostas, e o grau de interação com as crianças com deficiência é alto de forma dominante.

Quadro 2: Perspectivas da inclusão na escola pública

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Na sua opinião, como docente, a inclusão de crianças com deficiência ocorre de melhor forma nas escolas:	Privadas (9) Públicas (1)
Dentre os citados abaixo, quais os tipos de deficiência que você identifica que a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos costuma atender? Caso a sua resposta for “Outras”, exemplifique. (Mais de uma alternativa válida)	Síndrome de Down (1) Síndromes neurológicas (Autismo, TDAH, Epilepsia) (6) Deficiência física (2) Outro (0)
Na sua perspectiva, como psicólogo ou assistente social, de que maneira se dá a construção da autonomia e desenvolvimento de crianças com deficiência?	Ao ficar em casa, apenas em contato com familiares (0) Através de brincadeiras com colegas e amigos (0) Somente na escola com professores e métodos especiais (0) De forma multidisciplinar, na escola, em contato com atividades e com seus colegas, e em casa com a família (10)
Você, na qualidade de docente ou pai, mãe e/ou responsável esclarecido, como avalia a organização pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, no que se refere a inclusão de crianças com deficiência, em específico, das crianças autistas?	Excelente (8) Boa (1) Regular (1) Ruim (0)

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

No quadro 2, podemos ver de que maneira o público participante das entrevistas compreende a respeito da questão dos índices de participação das crianças com deficiência na escola. Na primeira pergunta, feita na dimensão dois, foi-se questionado se essa inclusão ocorre de melhor maneira nas escolas públicas ou privadas, a partir dos dados levantados a grande maioria dos entrevistados optaram pelas escolas públicas, apenas um respondeu a favor das escolas privadas. Além disso, 100% dos entrevistados declararam que o

desenvolvimento da criança com deficiência ocorre de forma multidisciplinar, na escola, em contato com atividades e com seus colegas, e em casa com a família. Ademais, infere-se também que o público alvo de atendimento da escola são crianças com síndromes neurológicas (Autismo, TDAH, Epilepsia). Por fim, pede-se aos entrevistados que avaliem o processo de inclusão das crianças autistas na escola, considerando que este é o principal público atendido pelo AEE na instituição, nota-se que foi atribuída a classificação excelente de maneira majoritária entre as respostas.

Desenvolver uma prática pedagógica que alcance a aprendizagem do aluno é um grande desafio de muitos professores, mas esse desafio só será efetivado quando o professor saber estimular seus alunos com aulas prazerosas, não esquecendo que é necessário conhecer cada um deles para que todos possam conseguir interpretar suas experiências e se socializar no ambiente escolar. “O que vai dar qualidade ou modificar a qualidade do aprendizado é o afeto. É por meio das emoções que o indivíduo consegue interpretar as experiências” (CUNHA, 2008, p. 59).

Quadro 3: Dificuldades e motivações encontradas

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<p>Na condição de pai e/ou responsável, em relação ao deslocamento dessas crianças de casa até a escola, como você avalia esse percurso? Conseguem ir a pé ou necessitam de transporte público?</p>	<p>“Transporte publico, nossa maior dificuldade é no inverno que as estradas ficam de dificil acesso.” (FC)</p> <p>“Transporte particula, em relação ao acesso ate a escola não vejo problemas. (AM)</p> <p>“Preciso de transporte.” (FT)</p> <p>“Precisam de transporte público, o percurso é muito ruim até chegar na escola.” (AB)</p> <p>“Consigo ir a pe, falta somente acesso melhores até lá.” (AR)</p> <p>“Transporte publico, as estradas ainda estão muito ruins.” (HL)</p> <p>“A maioria necessita de transporte público ou adaptado.” (SC)</p> <p>“Da pra ir andando mas as vezes o caminho ate la tem muitos buracos, ai se torna dificil.” (LV)</p> <p>“Se enquadra no meio termo. Alguns pais moram próximos à escola, outros necessitam do transporte público por morarem mais distante.” (YN)</p> <p>“Precisa de transporte.” (ML)</p>

<p>Na sua visão, na qualidade de pai, mãe e/ou familiar de aluno, a partir das práticas exercidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, você acha que as crianças com deficiência que frequentam o centro de ensino estão se desenvolvendo de que maneira? Justifique a sua resposta.</p>	<p>“Sim, se desenvolvem muito bem e apresentam progresso todos os dias. fazem muitas atividades que estimulam o seu desenvolvimento por completo e a equipe pedagógica é excelente.” (AB)</p> <p>“Medio o meu estar com o desenvolvimento muito baixo.” (ML)</p> <p>“Sim esta tendo mais desenvolvimento no seu dia a dia.” (FT)</p> <p>“Recebem estímulos, mas voce percebe que o desenvolvimento é muito lento, mesmo sendo no tempo deles.” (SC)</p> <p>“Esses alunos conseguem explorar suas habilidades na escola.” (YN)</p> <p>“De maneira positiva, no caso do meu filho estou muito satisfeita com a fala, que com ajuda da fono ele se desenvolveu bastante.” (FC)</p> <p>“La eles conhecem suas capacidades, são aceitos e se identificam com os colegas, conseguem desenvolver mais do que nas escola regular pois tem uma atenção especial.” (AM)</p> <p>“Com ajuda dos profissionais eles se desenvolve de forma positiva.” (HL)</p> <p>“Lá eles tem uma atenção melhor e desenvolve mais rápido já que tem uma atenção só para eles.” (AR)</p> <p>“Se desenvolve bem, as ativiades ajudam muito meu filho.” (LV)</p>
<p>Na condição de docente e/ou funcionário, o que você enxerga como a maior dificuldade/desafio no processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência?</p>	<p>“A interação família/escola, passar uma mensagem clara para esses responsáveis, fazer com que entendam que esse tipo de prática terapêutica necessita de continuidade, não só na escola, mas juntamente ao ambiente familiar” (AB)</p> <p>“Os professores não estar preparado para atender essa crianças.” (ML)</p> <p>“A paciência que eles tem com as crianças.” (FT)</p> <p>“Aceitar as diferenças e as potencialidades de cada um.” (SC)</p> <p>“As vezes a infraestrutura da escola e a conversa com a família.” (LV)</p>

<p>Na sua opinião, a relação entre escola, família, professores/as e funcionários atende às suas expectativas? Deixe sua opinião, por favor.</p>	<p>“Sim, atende. Todos são muito atenciosos e prestativos, a comunicação é boa entre todos.” (AB)</p> <p>“Deixa um pouco a desejar não todos mas a maioria não saber lidar com as crianças autistas.” (ML)</p> <p>“Sim.” (FT)</p> <p>“Acredito que para que a inclusão venha de fato a acontecer é importantíssimo que todos alinhem o pensamento para o público alvo.” (SC)</p> <p>“Existe uma ótima relação, a escola está sempre fazendo uma ponte de apoio para as maiores necessidades.” (YN)</p> <p>“Sim, estou satisfeita.” (FC)</p> <p>“Sim, atende.” (AM)</p> <p>“Sim, minha filha frequenta a bastante tempo e se desenvolveu bastante até na escola regular.” (HL)</p> <p>“Sim, atende minhas expectativas.” (AR)</p> <p>“Sim, sempre foi muito bem tratada e atendido o meu filho por todos.” (LV)</p>
--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

No Quadro 3, campo específico para encontrar as principais dificuldades e motivações da educação inclusiva implementada na escola Maria Augusta, o questionamento levantado trata de analisar se os mecanismos de inclusão e as práticas exercidas pela EMEF se tornam eficientes e cumprem seus objetivos no contexto em que estão inseridas.

Na primeira pergunta feita na dimensão 3, indagou-se a respeito das condições de transporte das crianças até o local onde se encontra a escola, onde a maioria dos entrevistados apontou que existem dificuldades na realização desse percurso, e justificaram-se de diferentes maneiras, indo em contraposição aos preceitos que visam a permanência dos alunos no ambiente escolar.

A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos. (BRASIL, 2006, p.15).

Dessa forma, destacam-se duas respostas que evidenciam essa problemática:

“Transporte público, nossa maior dificuldade é no inverno que as estradas ficam de difícil acesso.” (FC).

“Precisam de transporte público, o percurso é muito ruim até chegar na escola.” (AB).

Para a maioria destes a questão do transporte se torna uma dificuldade, considerando os longos percursos que precisam enfrentar diariamente, estradas ruins, buracos e falta de apoio no transporte público foram pontos recorrentes nas respostas. Esse fator acaba por impossibilitar a plena inclusão das crianças com deficiência na localidade de Redenção-CE, considerando que a evasão pode ser incitada pelos obstáculos encontrados.

Na segunda pergunta do bloco 3, foi perguntado a respeito do desenvolvimento das crianças com deficiência que frequentam o centro de ensino na modalidade do AEE, onde sete (7) dos dez (10) entrevistados relataram pontos muito positivos a respeito da escola e do aprendizado desses alunos. Apenas três (3) entrevistados relataram o desenvolvimento gradual dessas crianças.

Das dez respostas obtidas, duas são de grande importância para se destacar. São elas:

“De maneira positiva, no caso do meu filho estou muito satisfeita com a fala, que com ajuda da fono ele se desenvolveu bastante.” (FC).

“La eles conhecem suas capacidades, são aceitos e se identificam com os colegas, conseguem desenvolver mais do que nas escola regular pois tem uma atenção especial.” (AM).

As dificuldades de aprendizagem não são problemas insolúveis, são desafios que devemos agarrar e não ter medo de enfrentar, porque quando enfrentamos, estamos ajudando pessoas que precisam de nós, precisam de ajuda para que seu processo de aprendizagem seja significativo e seu conhecimento aprendido e apreendido. “A aprendizagem é um processo de construção do conhecimento que ocorre na interação do indivíduo com seu meio, ou seja, a família, a escola e a sociedade” (WEISS, 1992, p. 49).

Na penúltima pergunta do terceiro quadro, perguntou-se aos entrevistados a respeito do maior desafio encontrado no que tange a educação inclusiva. Nas respostas se destacam duas perspectivas importantes: a falta de diálogo entre família e escola, além da falta de qualificação dos profissionais que prestam o serviço voltado para a inclusão desses alunos.

Nesse contexto, duas falas ilustram a realidade descrita pelos entrevistados:

“A interação família/escola, passar uma mensagem clara para esses responsáveis, fazer com que entendam que esse tipo de prática terapêutica necessita de continuidade, não só na escola, mas juntamente ao ambiente familiar.” (AB).

“Os professores não estar preparado para atender essa crianças.” (ML).

Uma relação harmoniosa entre professores, alunos e todas as pessoas envolvidas na instituição, se faz necessária para a construção de um bom trabalho com todos os envolvidos, a fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem não só para as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas para todas as crianças.

Essa relação harmoniosa vai quebrar o tabu relacionado a baixa autoestima dos alunos, pois esses sujeitos com dificuldades no processo de aprendizagem precisam de algo que lhes possibilite afetos positivos acerca da escola, porque só assim também haverá a possibilidade.

É necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que o professor tem para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas. (MANTOAN, 2003, p. 61).

Ademais, nota-se que a escola é uma grande sinalizadora de queixas comuns na primeira infância que não são perceptíveis na família. A rotina de uma escola abre portas para enxergarmos tantas coisas relacionadas às crianças, e é nessa rotina que se deve ter o cuidado quando é preciso analisar uma criança que apresenta sinais de que algo não está bem.

É preciso que se faça presente a importância da existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre pais, professores e alunos para que se desenvolva um bom aprendizado, para que se possa justificar um retorno satisfatório quanto a leitura, a escrita, a reflexão e a aprendizagem, em consonância com práticas reflexivas dessas atividades.

Dois extremos podem comprometer a escola em relação às DA; ou a escola superestima a questão, acreditando comodamente que a criança é um problema, logo deve ter algum comprometimento neuropsiquiátrico quando, de fato, o problema é de relacionamento ou de adequação difícil às normas da escola ou, ao contrário, subestima um verdadeiro comprometimento neuropsiquiátrico levando à DA, pensando tratar-se de algum problema disciplinar, de método de ensino, de má vontade. (BALLONE, 2003, p. 33).

Por fim, na última pergunta do terceiro bloco, foi questionado sobre as expectativas dos entrevistados em relação à escola analisada. Em suma, a maior parte das respostas apontaram perspectivas positivas a respeito das práticas inclusivas exercidas na instituição de ensino, evidenciando que de fato o aprendizado destes atende ao objetivo de conhecimento, de

suas especificidades e propriedades, visando o aprendizado do aluno por meio de uma nova roupagem, inserindo-o no contexto de suas possibilidades e limitações.

Dessa forma, citam-se três respostas relevantes para o contexto da presente pesquisa:

“Sim, atende. Todos são muito atenciosos e prestativos, a comunicação é boa entre todos.” (AB)

“Existe uma ótima relação, a escola está sempre fazendo uma ponte de apoio para as maiores necessidades.” (YN)

“Sim, minha filha frequenta a bastante tempo e se desenvolveu bastante até na escola regular.” (HL)

Ajudar no sucesso de uma criança em seu processo de aprendizagem é uma das grandes responsabilidades de toda comunidade escolar e da participação da família, não se pode delegar essa responsabilidade só ao professor, pois a criança também cresce e amadurece quando percebe que sua família é presente, está ali com ela para assumir riscos e ser receptiva a novas situações que vão surgindo em seu cotidiano escolar.

a Inclusão parte da premissa de que toda criança pode aprender se suas particularidades na aprendizagem forem consideradas e estabelece uma forte crítica às práticas de integração escolar, a partir daí, as escolas encontram-se frente ao desafio de educar com êxito todas e quaisquer crianças, inclusive às que apresentam deficiências graves, adaptando a aprendizagem a cada educando sem abandonar o currículo comum e proporcionando-lhes a participação plena na vida escolar e social (FERNÁNDEZ, 2001, p. 92).

Nesse sentido, para haver inclusão no sentido da matéria, é preciso que haja parceria entre profissionais, família e escola, pois todos são diretamente responsáveis pelo aprendizado das crianças, para assim compreender que o processo de aprendizagem humano depende de vários fatores para acontecer. E saber onde buscar como se dar o objetivo de que todos os envolvidos nesse processo sejam transformados pelo saber, tendo em vista perceber e saber como melhor podem ser trabalhados de forma a enriquecer o aprendizado como um todo de maneira prazerosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou mostrar a perspectiva da educação inclusiva em uma escola municipal de Redenção-CE, sob o viés do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nessa perspectiva, todas as crianças, independente de suas especificidades e limitações, têm o direito de acesso à escola regular garantido pela Constituição Brasileira, bem como, professores preparados e entendidos sobre a inclusão.

Nota-se que a aprendizagem é a modificação que ocorre na conduta mediante a experiência ou a prática. É um processo dinâmico, vivo, global, contínuo e individual. É um processo pessoal, depende do envolvimento de cada um, de seu esforço e de sua capacidade. Aprende-se aos poucos, e cada um dentro de seu ritmo próprio.

É possível entender que as crianças com problemas de aprendizagem constituem um desafio em matéria de diagnóstico e educação. A escola precisa encontrar caminhos junto à família, os profissionais e à sociedade, contando com a atuação, também, de profissionais especialistas.

Portanto, é preciso que o meio ambiente da criança seja adequado, isso significa não somente espaço físico bem arejado, organizado, limpo e iluminado, mas também harmonia e serenidade dentro da escola e do lar. O ambiente escolar também exerce muita influência na aprendizagem. O tipo de sala de aula, a disposição das carteiras e a posição dos alunos são aspectos importantes. O material de trabalho colocado à disposição dos alunos também é importante.

Entende-se que as escolas devem buscar mudanças nas práticas pedagógicas para que os alunos possam participar integralmente de um ambiente rico de oportunidades educacionais de modo a facilitar as atividades escolares e o processo avaliativo com resultados favoráveis, dando ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. O acesso de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares reforça o direito à dignidade humana, o direito que toda criança tem e não deve ser negado.

Ressalta-se que um número significativo de alunos poderia ser alcançado caso os demais centros educacionais da localidade de Redenção se adequassem ao modelo de atendimento educacional especializado, promovendo assim a igualdade social, diminuindo os índices de evasão escolar e proporcionando mais qualidade de vida para as crianças e seus responsáveis.

Ademais, a formação profissional do professor se torna relevante a partir do momento que ele sabe inserir esses alunos nas atividades teóricas e práticas, proporcionando-lhes

melhoria no processo ensino aprendizagem. Porque quem sabe fazer, faz a diferença. E o professor é um dos coadjuvantes desse processo de aprendizagem. O presente estudo abre um leque de informação para os interessados quanto ao assunto proposto, na perspectiva de um aprofundamento sobre o conteúdo apresentado e para futuras pesquisas a quem possa interessar sobre a inclusão.

REFERÊNCIAS

BARBY, Ana Aparecida de O. M. **Inclusão de Alunos com Deficiência no Sistema Regular de Ensino: o Pensar dos Futuros Professores**. Curitiba: 2005. Dissertação de Mestrado, UFPR.

BALLONE, GJ - **Dificuldades de Aprendizagem** - in. PsiqWeb, Internet, disponível em revisto em 2003.

BORDINHÃO, Jacqueline Pintor; SILVA, Elias do Nascimento. **O uso dos materiais didáticos como instrumentos estratégicos ao ensino-aprendizagem**.20/10/2015.

Disponível em:

<https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/o_uso_dos_materiais_didaticos_como_instrumentos_estrategicos_ao_ensino-aprendizagem.pdf>. Acesso em: 06 de mar. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>

Acesso em: 25 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**/Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. **Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>

Acesso em: 25 jun. 2021.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 2 edição.RJ: Wak Editora, 2008

FERNÁNDEZ. A. **O idioma do aprendente: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação**. Tradução Hickel NK. Porto Alegre: Artes Médicas; 1991.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. P. 162.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**. São Paulo, 2021.

KUPFER, M. C. **O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica**. Revista Educação e Realidade, vol. 35, n. 1, pp. 265-282, 2010.

LINHARES, Gêwada Weyne. **A Política De Educação Inclusiva Na Rede Estadual De Ensino Do Ceará: Avanços e Desafios. Educação Inclusiva**. O Povo Online. Fortaleza, 2016. Disponível em:
<<https://especial.opovo.com.br/educacaoinclusiva/artigosgeral/politica-de-educacao-inclusiva-na-rede-estadual-de-ensino-do-ceara-avancos-e-desafios/>>
Acesso em: 21 jul. 2021.

MACHADO, A. M.; ALMEIDA, I.; SARAIVA, L. F. O. **Rupturas necessárias para uma prática inclusiva**. In: Educação Inclusiva: experiências profissionais em psicologia (pp. 21-36). Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

MACHADO, A. M. **Educação Inclusiva: de quem e de quais práticas estamos falando?** 27a Reunião Anual da ANPEd, Minas Gerais, 2004.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. (org). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. 2. ed. rev. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MANTOAN, M. T. **Educação Inclusiva**. In: 2º Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 2001, pp. 124-127. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Anais 2001.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **A Educação Especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar**. Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial, 2011. Disponível em:
<<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Maria Augusta Russo dos Santos, EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental (Escola Pública Municipal). Redenção - CE, 2021.
Disponível em: <<https://www.escol.as/71826-maria-augusta-russo-dos-santos>> Acesso em: 19 jul. 2021.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006. P. 49.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Disponível em:
<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2021.

OMOTE, S. A. **Estigma em tempo de inclusão.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão - Um Guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino.** 2014. 216f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

WEISS, M. L. **Reflexões sobre o diagnóstico psicopedagógico.** In: BOSSA, N. A. Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 1992.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

O presente questionário tem o objetivo de coletar dados a respeito das políticas públicas inclusivas para as crianças com deficiência desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, localizada em Redenção - Ceará, e identificar possíveis problemas ou dificuldades em torno dos participantes envolvidos em relação à temática, sendo estes professores, funcionários, pais, mães e/ou responsáveis que acompanhem de perto o aprendizado e o desenvolvimento desses alunos. Nesta pesquisa a abordagem escolhida foi a quali-quantitativa, onde serão entrevistados a quantidade mínima de 10 pessoas envolvidas com a instituição de ensino, na qual o método de seleção da amostra foi por disponibilidade. Ressaltamos que por questões éticas de pesquisa, as identidades dos sujeitos participantes serão mantidas em sigilo, onde irão ser reportados por nomes fictícios.

Nome (Iniciais): _____ Idade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade:

- () Ensino Fundamental (Incompleto)
- () Ensino Fundamental (Completo)
- () Ensino Médio (Incompleto)
- () Ensino Médio (Completo)
- () Ensino Superior Graduação (Incompleto)
- () Ensino Superior Graduação (Completo)
- () Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado

01. Na sua opinião, como docente, a inclusão de crianças com deficiência ocorre de melhor forma nas escolas:

- Privadas.
- Públicas.

02. Você, como membro do corpo escolar, sendo docente e/ou funcionário da EMEF Maria Augusta Russo dos Santos, possui qual grau de convivência e interação com crianças deficientes?

- Alto.

- Intermediário.
- Baixo.
- Nulo.

03. Na sua visão, na qualidade de pai, mãe e/ou familiar de aluno, a partir das práticas exercidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, você acha que as crianças com deficiência que frequentam o centro de ensino estão se desenvolvendo de que maneira? Justifique a sua resposta.

04. Dentre os citados abaixo, quais os tipos de deficiência que você identifica que a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos costuma atender? Caso a sua resposta for “Outras”, exemplifique. (Mais de uma alternativa válida)

- Síndrome de Down.
- Síndromes neurológicas (Autismo, TDAH, Epilepsia).
- Deficiência física.
- Outras. _____

05. Na sua perspectiva, como psicólogo ou assistente social, de que maneira se dá a construção da autonomia e desenvolvimento de crianças com deficiência?

- Ao ficar em casa, apenas em contato com familiares.
- Através de brincadeiras com colegas e amigos.
- Somente na escola com professores e métodos especiais.
- De forma multidisciplinar, na escola, em contato com atividades e com seus colegas, e em casa com a família.

06. Na condição de pai e/ou responsável, em relação ao deslocamento dessas crianças de casa até a escola, como você avalia esse percurso? Conseguem ir a pé ou necessitam de transporte público?

07. Na condição de docente e/ou funcionário, o que você enxerga como a maior dificuldade/desafio no processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência?

08. Na sua opinião, a relação entre escola, família, professores/as e funcionários atende às suas expectativas? Deixe sua opinião, por favor.

09. Você, na qualidade de docente ou pai, mãe e/ou responsável esclarecido, como avalia a organização pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Augusta Russo dos Santos, no que se refere a inclusão de crianças com deficiência, em específico, das crianças autistas?

- Excelente.
- Boa.
- Regular.
- Ruim.